

Carta aberta da SBPC e de seu Grupo de Trabalho em Meio Ambiente sobre o Orçamento da União destinado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Desde 2018, o MMA tem registrado sucessivas reduções no aporte de recursos orçamentários, com o ano de 2021 atingindo o mais baixo patamar dos últimos 20 anos (Figura 1). Essa redução sistemática representa uma incompatibilidade com os princípios preconizados pela Constituição Federal em seu artigo 225, no qual consta que a manutenção da conservação da biodiversidade nos diversos biomas brasileiros deve ser prioridade, tendo em vista sua associação com a qualidade de vida da população e com os serviços ambientais proporcionados.

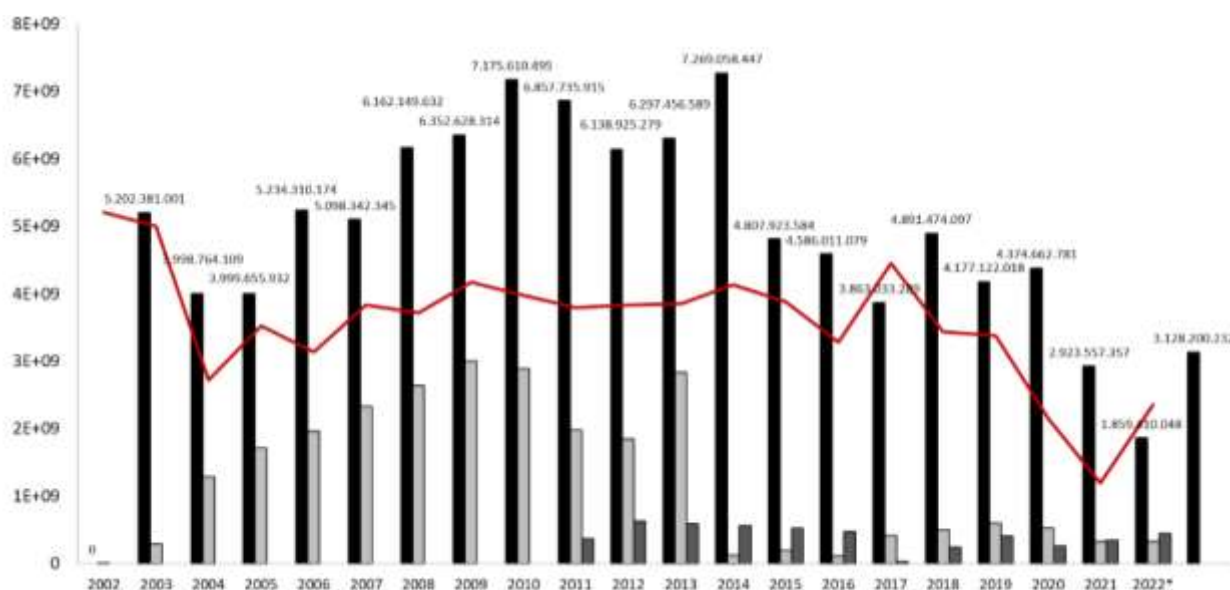


Figura 1. Comparativo dos últimos 20 anos da Lei Orçamentária (LOA), atualizada em valores correntes. Legenda: Barras em preto: LOA corrigida; Barras em cinza claro: Reserva de Contingência Corrigida; Barras em cinza escuro: Operações Oficiais de Crédito Corrigidas; Linha vermelha: total após as exclusões.

No ano de 2021 foram registrados recordes nas taxas de desmatamento e incêndios florestais, em áreas como Amazônia, Cerrado e Pantanal. O desmatamento da região Amazônica e do Cerrado, por exemplo, atingiu neste ano aproximadamente 20% e 50% respectivamente das suas áreas totais, incluindo áreas indígenas. Este quadro, somado ao presente cenário de desmonte de políticas ambientais, abre precedentes para o aumento de secas se, extremos climáticos e outros impactos ambientais, colocando em risco a resiliência dos recursos naturais, bem como violando acordos climáticos internacionais, que são reconhecidamente imprescindíveis para a mitigação dos efeitos das consequências das mudanças climáticas. Ainda é válido destacar a associação entre secas extremas e prolongadas e a presente crise hídrica que já vem colocando em risco o abastecimento de água em nosso país e a matriz energética atual, que se baseia em hidroelétricas. Além disso, secas extremas também agravam e tornam os ecossistemas mais vulneráveis a incêndios florestais, como os registrados na região do Pantanal Mato-Grossense, bem como favorecem a ocorrência de tempestades de areia, como as recentemente registradas no país.

Diante deste quadro grave e preocupante, a SBPC e o seu GT Meio Ambiente apresenta aos senhores parlamentares do Congresso Nacional os seguintes destaques relativos ao Orçamento para 2021:

- O agravamento do cenário de degradação ambiental e desmonte de leis em 2020 e 2021 implicam em recomposição do aporte de recursos para 2022 aos níveis da LOA de 2016, com especial foco no aporte financeiro ao ICMBio e IBAMA para políticas de combate ao desmatamento e incêndios, bem como para a Implementação e Monitoramento da Política Nacional Sobre Mudança do Clima e Combate à Desertificação. Portanto é necessária a recomposição orçamentária que deve contemplar ações de administração direta e gestão ambiental, tendo por parâmetro no mínimo os valores de 2016.
- O período de 2016 corresponde ao período pré-estabelecimento do teto de gastos. Esta proposta se justifica pelo fato de que o teto é estabelecido pelo valor do investimento do ano anterior corrigido. Neste sentido, a atual crise ambiental com ampliação de área desmatada e degradada, e suas consequências, pode ser minorada com a manutenção dos investimentos na LOA.
- Desde 2016 a redução orçamentária tem sido constante e acelerada ao longo dos anos, culminando com a drástica redução detectada no ano de 2021. Esse movimento comprometeu sobremaneira os órgãos responsáveis por gerir e mitigar os problemas ambientais de nosso país. A recuperação dele, o que implica inclusive a recomposição de seus quadros de trabalho, só será possível ao longo do tempo e contando-se com orçamentos adequados e consistentes. Nesse sentido, entendemos que os valores aqui sugeridos são perfeitamente compatíveis com a premência de ações em relação aos problemas ambientais e o cenário atual de restrição orçamentária, advindo de uma economia desacelerada.
- Salienta-se que, o aumento global de 18% previsto para 2022 em comparação ao ano de 2021, não representa aumento compatível com a necessidade das respectivas áreas devido ao fato de que este foi o ano com menor aporte de recursos dos últimos 20 anos, bem como um ano com recordes de aumento no desmatamento em áreas como Amazônia e Cerrado. Desta forma, apesar do aumento global do orçamento do MMA, totalizando R\$ 3,128 bilhões, este valor é incompatível com as atuais demandas da pasta em relação às políticas de fiscalização e planos de contenção de desertificação, desastres ambientais, entre outros.
- O acompanhamento e discussão dos vetos na LOA 2022 deixam claro que no último ano os vetos associados ao MMA atingiram aproximadamente 240 milhões, dos quais, aproximadamente, 204 milhões incidentes sobre a pasta de “Implementação de Programas, Planos e Ações para melhoria da qualidade ambiental urbana”, de administração direta do MMA. Outro setor afetado pelos vetos foi o de fiscalização, afetando em particular o IBAMA, cujo recurso sofreu redução de aproximadamente 50% entre os anos de 2020 e 2021. A incidência dos vetos em 2021 sobre ações de controle ambiental, especificamente, fiscalização do desmatamento ilegal em áreas críticas (IBAMA) e gestão de unidades de conservação (ICMBIO) indicam um risco a curto, médio e longo prazos na mitigação e contenção da redução de áreas de vegetação nativa.
- No ano de 2022, para os investimentos em Administração Direta é previsto um registro de aumento de 26%, em relação a 2021. Esta pasta incorpora recursos para Uso Sustentável da Biodiversidade e do Patrimônio Genético, Implementação e Monitoramento da Política Nacional Sobre Mudança do Clima (aproximadamente 2% maiores que em 2021), Redução da Vulnerabilidade aos Efeitos de Desertificação (acréscimo de 3%) e implementação de Projetos para Áreas Protegidas (aproximadamente 800% mais elevado que 2021). Entretanto, tais aumentos não correspondem à demanda atual de recomposição de recursos, que deve priorizar consequências de mudanças climáticas e redução da vulnerabilidade e da desertificação, incluindo criação de um plano que vise mitigar consequências destes fatores sobre a segurança hídrica nacional. Neste sentido, o aumento indicado não é compatível com o objetivo da pasta.

- Para ações estratégicas de enfrentamento ao desmatamento, incêndios e impactos ambientais por meio do IBAMA é previsto acréscimo de 15% em 2022 em relação a 2021. Entre os pontos mais preocupantes, destacam-se os recursos insuficientes para ações de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais (68% maior que 2021, totalizando R\$ 50 milhões) e Controle e Fiscalização Ambiental (139% maior que 2021, totalizando R\$ 197,797 milhões). A qualificação como “preocupantes” corresponde a um recurso insuficiente para o controle e combate de incêndios por unidade de área em um órgão com um processo de desmonte em andamento, com quadro de pessoal e recursos reduzidos ao longo dos anos. Nesse sentido, o aporte de recursos deve assegurar um plano eficiente de combate aos incêndios florestais, entre outros impactos, visando sobretudo reduzir e mitigar efeitos deletérios sobre os serviços ambientais, considerando a eficiência por unidade de área de ecossistema e contratação de pessoal para recomposição do quadro pessoal do IBAMA e ICMBio. Quanto a este último, também se registrou um aumento de apenas 22% em relação a 2021, insuficiente para o monitoramento das áreas protegidas em um momento de grande vulnerabilidade e aumento de desmatamento e riscos de incêndio, que impactam a biodiversidade e serviços ambientais cruciais como a polinização e dispersão de sementes.
- Para os recursos para Agência Nacional de Águas, cujos investimentos são críticos para mitigar os efeitos da atual crise hídrica, os valores previstos são ainda menores, quando comparados a 2021. Os investimentos destinados à Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, entre eles, a Segurança de Barragens, serão 4% menores em 2022. A Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos receberá valores 14% menores que aqueles do ano anterior. Além disso, para a Operação da Rede Hidrometeorológica a redução é de aproximadamente 4 %.
- Mediante avaliação dos dados, constata-se a ausência de planos e projetos de mitigação de impactos ambientais, de políticas de redução de desmatamento e incêndios florestais, entre outros. Os investimentos devem refletir planos e projetos a médio e longo prazo, visando unir desenvolvimento sustentável e conservação ambiental, ressaltando que a conservação de vegetação nativa deve ser tratada como medida de prevenção e mitigação de crises hídricas e desertificação, entre outros impactos.

São Paulo, 26 de outubro de 2021.

Atenciosamente,



Luciana Gomes Barbosa

Coordenadora do Grupo de Trabalho em Meio Ambiente da SBPC



Renato Janine Ribeiro

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência